



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)
Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)
ISBN 978-989-95500-1-8



As lutas sociais e o papel da imprensa na construção de sentidos

WILSON COUTO BORGES

Universidade Federal Fluminense (UFF) ~ wcborges1@yahoo.com.br

Resumo:

Nesta comunicação, buscaremos apresentar algumas reflexões sobre como a repressão se consolidou como alternativa de enfrentamento do conflito urbano. Especificamente, nosso olhar estará voltado para as ocupações militares na cidade do Rio de Janeiro em 1992 e 1994. Partiremos do contexto em que ocorre a primeira para apontarmos suas permanências, no campo discursivo, dois anos depois na ação das forças armadas, denominada Operação RIO I. No percurso escolhido, buscamos destacar o papel da imprensa como um poderoso construtor de sentidos acerca das lutas sociais, mesmo sabendo que as lutas sociais são intrínsecas a qualquer grande sociedade.

Compreendemos que a imprensa ocupa um lugar de destaque no enquadramento da memória coletiva no mundo contemporâneo. Partindo desta perspectiva, temos nos debruçado sobre a análise do comportamento da mídia, tomando-a como um agente político, sobretudo na construção das representações sociais em torno da violência, da criminalidade e da ação das Forças Armadas por ocasião das intervenções militares no contexto urbano da cidade do Rio de Janeiro. Em Criminalidade no Rio de Janeiro: a imprensa e a (in)formação da realidade (BORGES, 2006), nos detivemos sobre as ocupações elaboradas em torno de um Evento que contou com a presença de mais de 160 Chefes de Estado (RIO-92 ou ECO-92) e, posteriormente, como os discursos que circularam em torno do evento aparecem nas Operações RIO I e RIO II.

Dentro dos objetivos propostos, entendemos que algumas categorias, dentre as quais a memória e o imaginário, devem ocupar um lugar privilegiado. Na verdade tem nos interessado, além da memória, uma relação entre ela, o papel da imprensa contemporânea, os processos de intervenção política no espaço urbano da cidade, a criminalidade e as identidades sociais. Mais especificamente, o que tem estado no cerne das nossas hipóteses é sobre que tipo de registro sobre criminalidade vem constituído o imaginário dos sujeitos na contemporaneidade. Ou seja, como num Estado de Direitos (como é o caso brasileiro), a repressão e o autoritarismo, associados à prática do extermínio (sobretudo das classes populares) vem se consolidando como a única alternativa na solução de conflitos. É nesse sentido que, para nós, a imprensa vem ocupando um lugar central: como fomentadora de um discurso ideológico que produz efeitos repressivos.

Palavras-chave:

Jornalismo impresso, ocupações militares, mediação e memória.

1 - Introdução

Compreendemos que a imprensa ocupa um lugar de destaque no enquadramento da memória coletiva no mundo contemporâneo. Partindo desta perspectiva, temos nos debruçado sobre a análise

do comportamento da mídia, tomando-a como um agente político, sobretudo na construção das representações sociais em torno da violência, da criminalidade e da ação das Forças Armadas por ocasião das intervenções militares no contexto urbano da cidade do Rio de Janeiro. Em *Criminalidade no Rio de Janeiro: a imprensa e a (in)formação da realidade* (Borges, 2006), nos detivemos sobre as ocupações elaboradas em torno da RIO-92¹ (ou ECO-92) e, posteriormente, das Operações RIO I e RIO II².

Dentro dos objetivos que nos propusemos, elegemos algumas categorias dentre as quais a memória tem ocupado um lugar privilegiado. Na verdade interessou-nos, além da memória, uma relação entre ela, o papel da imprensa contemporânea, os processos de intervenção política no espaço urbano da cidade, a criminalidade e as identidades sociais. Mais especificamente, o que estava no cerne das nossas hipóteses era como os sujeitos sociais demandam por mais repressão, por mais intervenção política, o que em várias oportunidades se volta contra quem as pede, a partir de um tipo de memória quem vinha (e continua) sendo construído pelos meios de informação. Daí nos interrogarmos: que tipo de registro sobre criminalidade tem constituído o imaginário dos sujeitos na contemporaneidade?

Mapear todos os jornais que circulam no espaço urbano do Rio de Janeiro inviabilizaria a pesquisa. Assim sendo, utilizamos como fonte primária os jornais da chamada *grande imprensa* que circulavam na cidade do Rio de Janeiro durante a década de 1990, como *O Globo*, o *Jornal do Brasil* e *O Dia*, enfatizando o período referente à RIO-92, num primeiro momento, mas utilizando também os outros dois marcos temporais da pesquisa (como as citadas operações RIO I e RIO II). Optamos por jornais cujas tiragens, no período pesquisado, excediam a 60 mil exemplares diários, em função de um dos conceitos centrais da nossa pesquisa, que é o de *Contrato de Leitura*.

No campo conceitual trabalhamos com a *Análise Sistemática e de Conteúdo* (Robin, 1977), onde fizemos a eleição dos temas mais recorrentes. Como tivemos por objeto a mídia impressa e os discursos produzidos pela mesma por ocasião dos três processos históricos já citados, fizemos um recorte analisando os temas relacionados com um suposto aumento da criminalidade e do medo gerado a partir de tal fato, com a sensação de insegurança. Também fizemos uso da *Análise do Discurso*, como ferramenta metodológica, buscando usar um critério comparativo, com o objetivo de percebermos de que forma cada veículo construiu sentidos para os acontecimentos relacionados à criminalidade, assim como de que forma cada um deles se serviu de um determinado conjunto de signos nas construções discursivas.

Já mencionamos, ainda que superficialmente, a importância da memória. Agora, pretendemos cruzá-la de forma um pouco mais específica com a imprensa. Com a emergência do capitalismo, houve uma profunda mudança na forma com que as pessoas se relacionavam com o trabalho, bem como o tempo e o espaço. Dadas as transformações na arte de narrar, que aqui não cabe detalhar, o novo tempo levou os indivíduos a uma aceleração do ritmo de trabalho (o tempo das máquinas) e, por conseqüência, à alteração nas relações sociais. O romance (histórias sempre com um fim), como

¹ A RIO-92 reuniu representantes de 178 países filiados à ONU, que vieram ao Rio de Janeiro para discutir assuntos sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em junho de 1992, a cidade foi foco de atenção mundial. Aqui se estava negociando alguns documentos sobre a preservação do meio ambiente, como a Agenda 21 – uma lista, importante e extensa, de ações, metas e prioridades a serem cumpridas pelos governos para garantir a sobrevivência do planeta e a Carta da Terra sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – uma Declaração dos Direitos dos Homens e da Ecologia.

² Em face da “crescente criminalidade” no espaço urbano do Rio de Janeiro, firmou-se um Convênio entre os governos estadual e federal, onde este cooperaria de forma a enviar as tropas federais para ajudar no combate ao crime (Operação RIO I). Em outubro de 1994 (de 31/10/1994 a 31/12/1994), as Forças Armadas passaram a ocupar morros e favelas da cidade carioca com o objetivo de reprimir os traficantes de drogas. Tal *Acordo* de cooperação acabou sendo utilizado como plataforma política pelo então candidato ao governo do estado, Marcello Alencar. Com a vitória, Alencar prorroga a intervenção (até 31/03/1995). Nesta nova fase, já com o General Newton Cerqueira à frente da Secretaria de Segurança Pública do Estado, a ocupação recebe o nome de RIO II.

aponta Sodré (1985), é sem dúvida um dos símbolos do período moderno. É o registro (escrito) de acontecimentos que marcam o autor e que só é passado por esse autor, não através de narrativas e das trocas de experiência, mas através da forma que o capitalismo permite que se passe “experiências”.

Nesse sentido, podemos observar uma outra etapa no processo de transformação do modo de armazenar conhecimento, na qual se faz uso da história e não mais da oralidade primária (memória). Esta mudança se dá justamente com o recurso da escrita, que teria um papel fundamental no estabelecimento da ciência como o modo de conhecimento dominante. A escrita se apresenta como o mais sólido canal de comunicação, pois resiste à relação espaço-tempo através de várias gerações. Já não se faz necessária a mediação do homem nesta nova perspectiva de comunicação. Nesta fase do processo de conhecimento, começa a haver um distanciamento entre o autor e o leitor, e, lentamente, vai deixando de existir o intermediário (narrador) como havia nas sociedades antigas. Com a velocidade ditada pelo capitalismo, muda-se a forma de relacionamento entre os indivíduos e a informação se consolida como uma nova forma de comunicação. Esta vai, “com prejuízos”, aumentar as distâncias entre os indivíduos, cada vez mais separados pelo individualismo e pelo ritmo acelerado de trabalho.

Com a inserção da nova ordem social, correspondente ao modelo industrial urbano do mundo ocidental, os agentes sociais foram conduzidos ao desenvolvimento do individualismo, mas não se distanciando totalmente dos vínculos de solidariedade: o caso brasileiro é exemplar (Cerqueira Filho, 1993). Na modernidade, já que o ritmo de trabalho é acelerado, a imprensa desempenha um papel fundamental: manter-nos atentos e informados acerca do que está acontecendo em nossa sociedade. As informações que chegam aos indivíduos sempre sofrem mediações dos meios de comunicação de massa. O que ficamos sabendo é uma parte fragmentada da realidade. Na verdade, a mídia constrói informações parciais a respeito do mundo. Vemos, não com o nosso olhar, mas com um olhar midiático (e por que não dizer, ideologizado). Um determinado assunto pode ser visto por vários prismas. Mas, na mídia ganha somente um.

Se a memória, e conseqüentemente o imaginário, são constituídos através da forma que concebemos a realidade, podemos ter uma memória fortemente marcada pela intervenção dos *media* em nossa sociedade. A informação nos é passada, em grande parte, de forma descontextualizada. Aquilo que nos é informado é, geralmente, esvaziado de uma contextualização histórica mais profunda. A partir de uma visão *apocalíptica*, pode-se encarar a mídia como organizadora do nosso espaço: de maneira artificial, racionalizada, planejada e com enfoque nacional; pautando sua programação como definidora do nosso tempo. Reforçando ideologias e suprimindo as diferenças, a mídia nos aponta de que maneira devemos olhar/perceber o mundo. São os “olhos” que assistem a tudo que está acontecendo e forjam uma “memória” para os indivíduos modernos. Dentre os *braços* da mídia, o jornalismo impresso merece destaque no que se reflete a construção de memória social³.

Como destaca Martin-Barbero (1997), diferentemente de outros períodos históricos, a mudança do *ethos* ocorre no âmbito não de uma cultura aristocrata, mas como o “código de conduta de um grupo ou povo”. Dentro desta perspectiva, os meios de comunicação de massa atenderiam plenamente aos projetos da nova sociedade. A cultura de massa seria a primeira a possibilitar a comunicação entre os diferentes extratos sociais, com a função mediadora cabendo aos meios de comunicação de massa. Se outrora, os velhos redutos de ideologia – a igreja, a escola, a família – compunham o espaço chave para a socialização, a partir deste contexto a função socializadora

³ Dentre as características marcantes dos três principais veículos de informação de massa, podemos apontar a seguinte tipologia: o rádio é marcante pela imediatez com que leva a informação ao ouvinte; a televisão, pelo recurso à imagem; o jornal, pela possibilidade que oferece de o leitor formar sua opinião (vide *slogan* do jornal *O Globo*: “nós formamos opinião!”), a partir de uma abordagem mais detalhada e mais “contextualizada”.

estará sob a conduta dos produtos da “cultura de massa” que nesse processo será fundamental, sobretudo a partir da consolidação de uma cultura industrial.

Enquanto através dos livros se manteve e reforçou a segregação cultural entre as classes, o jornal começou a possibilitar um fluxo maior na circulação de bens culturais. Posteriormente, o rádio, o cinema e a televisão intensificaram esse fluxo de forma arrebatadora. Assim, os meios de comunicação se consolidaram como influenciadores na formação da sociedade contemporânea. Hoje, não podemos desconsiderar os *media* como agentes fundamentais na construção das identidades sociais nas sociedades industrializadas, ficando evidenciado, desta forma, seu papel de formador de opinião, de cristizador de visões acerca do real.

2 – A construção discursiva como luta por sentidos

Seguindo a trilha aberta por Robin (1977), nosso percurso foi o de empreender uma *Análise de Conteúdo* que, pelas palavras da autora:

É mais rigorosa que uma simples temática, colocando em jogo métodos estatísticos, pesquisa de amostras representativas, quantificações diversas (...) Ela se propõe principalmente o estudo quantificado dos temas de uma obra, de um diário ou de um periódico, a fim de trazer à luz os centros de interesse do jornal e a evolução desses centros de interesse: ela pode preocupar-se com imagens, metáforas e metonímias que balizam o texto. Muitos estudos se interessam pelos valores explícita ou implicitamente expressos.

Influenciados pelas perspectivas teóricas do russo Mikhail Bakhtin (1983), que trabalha sob o prisma da comunicação como sendo algo muito além da relação emissão/recepção, a partir dos conceitos de polifonia e dialogismo, os autores ligados à corrente francesa da *AD* vão produzir uma significativa mudança de paradigma nos estudos sobre linguagem. Quando da emissão de uma mensagem, o autor/locutor sempre hierarquiza aquilo que vai falar. Dessa forma, vemos o enunciado como algo impregnado de ideologia. Como salienta Bakhtin, a comunicação verbal está sempre marcada pela individualidade e pelo contexto. Duarte (2004, p. 08), na pesquisa sobre a criminalidade na cidade do Rio de Janeiro, aponta que a estratégia de enunciação por parte da imprensa na construção dos espaços em que as matérias são veiculadas “se revela no próprio caderno que trata de assuntos da cidade, ideologicamente construído em torno da idéia de criminalidade urbana violenta”.

As construções enunciativas são impregnadas de conteúdo ideológico. O contexto em que uma palavra é dita, assim como acontece com uma oração, atribui valores que são individuais (do ponto de vista de um locutor), mas também coletivos. Aliás, Bakhtin chama nossa atenção para as várias vozes que falam no nosso discurso. Falamos não aquilo que criamos, mas aquilo do qual nos apoderamos. O discurso não é individual, é polifônico. Outras pessoas estão falando junto conosco. Aquele assunto sobre o qual estamos criando um enunciado, já foi, fatalmente, objeto de outras discussões, outras idéias. Logo, o nosso discurso está impregnado de outras vozes. Portanto, a língua é constituída através do fenômeno social da interação verbal; ela se realiza através da enunciação ou das enunciações. No dialogismo, um ser não nega a existência do outro. Muito pelo contrário, só existe através do outro, só se torna consciente revelando-se para o outro, através do outro, com ajuda do outro – é o princípio da heterogeneidade.

Segundo Nagamine (1998), há no dialogismo bakhtiniano uma dupla orientação: “uma voltada para ‘outros discursos’ como processos constitutivos do discurso; outra, para o outro da interlocução”. Ou, nas palavras de Bakhtin (1983, p. 100): “um enunciado vivo toca milhares de fios dialógicos vivos (outros discursos), tecidos pela consciência sócio-ideológica em torno do objeto de tal enunciado e de participar ativamente do diálogo social. Afinal, é dele que o enunciado sai: ele é como sua

continuação, sua réplica”. O discurso se tece polifonicamente, num jogo de várias vozes cruzadas, complementares, concorrentes, contraditórias. Evidentemente, nesse jogo de disputas em torno da enunciação, os atores não se equivalem, assim como o enunciado não é imposto pela força. Como destaca Duarte (Idem, p. 14):

É por meio da encenação que os jornais associam (de forma metonímica) os fatos cotidianos a modelos naturalizados de explicação da violência, como se tais fatos fossem um capítulo sobre a guerra diariamente travada nos morros do Rio de Janeiro.

No desdobramento que estamos realizando neste texto, uma outra noção se faz igualmente relevante. Fundada sobre o princípio do dialogismo, na alteridade discursiva, na interdiscursividade, devemos levar em conta os seguintes fatores: história, conflitos de classe, inconsciente, discursos que estão além do consciente, para além do autor do discurso. Ressaltando o postulado de autores como Marx, para quem a origem da consciência é social e como Freud, para quem o inconsciente é a voz de um outro internalizada e, levando em conta as suas observações, chegaremos a conclusão de que todo discurso é ideológico; ou seja, mostra coisas, excluindo outras tantas. Coisas essas que são mostradas como se não houvesse alternativas. Mais ainda, que todo discurso atravessa a construção do imaginário, seja do individual, seja do social. Dessa forma, não devemos perder de vista a presença do ideológico ainda que pareça que em determinado enunciado ele não está presente.

Sem levarmos em consideração que o ambiente social constitui o fenômeno e que o contexto fala sobre o objeto, o que as pessoas reconhecem como causa de um fenômeno, é apenas um dos níveis desse fenômeno. Para o interdiscurso, o objeto faz parte do mundo onde existem as relações sociais. Logo, existem dentro de um contexto. Assim, não devemos estudar a coisa ou o fato em si, mas sim o discurso sobre a coisa, sobre o fato. No campo da *Análise de Discurso*, o trabalho a ser feito é de se fazer aflorar as contradições, as diferenças presentes em todo discurso, que não exclua a noção de “heterogeneidade como elemento constitutivo de práticas discursivas” (Nagamine, 1998). Ou, nas palavras de Robin (Idem): “extrair a unidade de informação da escrita para designar os elementos persistentes de uma informação à outra e objetivar a enumeração daquilo que se repete através daquilo que muda”.

O estudo da especificidade de um discurso se faz colocando-o em relação com outros discursos. No interdiscurso, as Formas Discursivas estão perpassadas pela memória discursiva. Memória essa que pode ser *plena* (por repetição) ou *lacunar* (por apagamento). Não se pode descartar jamais a presença do outro no mesmo: a presença do outro existe, independentemente de uma alteridade marcada. De igual forma, a busca da interação com outros campos – sendo ela realizada através da intertextualidade. Por fim, através do produto da relação que se estabelece entre o interdiscurso e o intradiscurso, faz-se emergir uma formulação-origem na atualidade da conjuntura discursiva, sejam elas: os efeitos de memória. Tais efeitos de memória precisam ser buscados na profundidade do discurso ou, como destaca Robin (Idem): “Regularidade discursiva fundadora de uma ordem ideológica e afetiva que na maior parte do tempo escapa aos contemporâneos e ao pesquisador que procura falsas transparências na superficialidade do discurso”.

3 – Os discursos dos jornais

Nossa perspectiva é apontar a presença de um discurso que se pretende *porta-voz* das demandas da população, mas que na verdade se revela alinhado com a ideologia dominante. Em alguns trechos, teremos a presença da ideologia tal qual o desejo de controle total e absoluto que as nossas elites insistem em manter; em outros, ela se apresentará de forma fantasmática, fantástica, ou ainda, espectral, como vem destacando em seus últimos trabalhos Slavoj Žižek (1996). Dentre os nossos objetivos, apontaremos, através do discurso veiculado pela grande imprensa, como uma das

alternativas para a questão do conflito urbano no Rio de Janeiro se cristaliza como a única. Tal pressuposto indica ainda, tal como aconteceu com César Maia em 1992 (sua vitória para a Prefeitura do Rio de Janeiro), o uso que Marcello Alencar fez desse discurso que apelou ao medo (aos sentimentos) da elite com relação a essa categoria abstrata – *classes perigosas*.

No decorrer da nossa pesquisa, procuramos trabalhar com a perspectiva de os veículos de comunicação de massa serem aparelhos ideológicos que provocam efeitos repressivos. De igual forma, procuramos apontar que o jornalismo, tanto nacional quanto internacional, passou por algumas transformações, sobretudo de ordem técnica e redacional, ou seja, de forma e de conteúdo, o que acabou por contribuir para a construção do mito da objetividade, da neutralidade, da imparcialidade da imprensa. Nesse sentido, concordamos com Duarte (Idem, p. 07-08) quando ele afirma que:

Não se quer dizer que houve um tempo em que o jornalismo era imparcial e neutro. O que se defende é que, hoje, o processo com que o jornalismo 'formata' a realidade em seus relatos noticiosos, isto é, a forma com que ele interpreta e atribui significações ao mundo, está fundamentalmente estruturado pela encenação, pelo entretenimento.

Concordamos inclusive quanto ao caráter de *fait-divers* da informação. Porém, a assunção de que os jornais têm como principal objetivo transformar a notícia em mercadoria, em função de uma estrutura mercadológica, pode esconder o lado que a mídia opta no conflito social. A grande contribuição que a reflexão de Duarte nos oferece é denunciar aquilo que de ideológico está contido nessa estratégia de mercado. Dessa forma, vamos realizar dois movimentos no sentido de mapear a ideologia. Um, pela sua presença na superfície dos discursos da grande imprensa ou, como destaca o autor, “que deixam marcas nos modos de dizer”. Outro, tentando capturar aquilo que aparece como que por acaso, que estava escondido, mas que está tão aparente que, em alguns casos, nós não conseguimos ver. Assim sendo, recuperamos um dos pressupostos de Batista (2003, p. 87), onde esta afirma que: “A luta pela hegemonia do discurso criminológico se dá na esfera das comunicações (...) o que se observa é a subordinação do discurso político às agências de comunicação. Os políticos não pautam, são pautados”.

Concordamos com a autora quanto à luta pela hegemonia, mas divergimos da subordinação estrita do discurso político. Divergimos por acreditarmos que quando as posições ideológicas se consubstanciam não há subordinação, mas sim um amálgama. Divergimos por acreditar que um dos grandes obstáculos enfrentados pelos governos realmente democráticos é justamente o de não ser “pautado” pelos veículos de comunicação de massa nos temas pertinentes à “questão social”.

Tracemos um breve cenário da cidade, do estado e do país, durante a realização da RIO-92. Nesse ano, a cidade passaria por eleições municipais. Havia divisão dentro do PDT quanto ao candidato que deveria representar o partido. O governador Leonel Brizola decide indicar o nome da deputada Cidinha Campos, enquanto o prefeito Marcello Alencar, o do secretário municipal de Obras, Luiz Paulo Corrêa da Rocha. Pelo PMDB, disputa a eleição para prefeito o deputado federal César Maia. No plano estadual, era grande a resistência às orientações democráticas que o governo tentava implementar, sobretudo no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos civis das classes populares. Brizola enfrentou a resistência da mídia, da classe média e das Polícias Civil e Militar (principalmente pelo processo de desmilitarização e do respeito aos direitos humanos). No âmbito federal, o início do processo de *impeachment* contra Fernando Collor e o pseudo-apoio de Brizola ao ex-presidente, envolvido em denúncias de corrupção. Na verdade, esse seria o pano de fundo para o ataque ao Governo Brizola.

Jornal do Brasil e *O Globo* se dedicaram à tarefa de, a despeito de tentarem se legitimar como o representante da classe média⁴, produzir uma série de discursos que evidenciavam a idéia do caos no comando da segurança pública. O objetivo principal era de sugerir, face à presença dos Chefes de Estado, a utilização das tropas militares no combate à violência, que ao longo da pesquisa aparece como uma categoria muito vaga. Em maio de 1992, a população começa a ser apresentada à necessidade da presença das Forças Armadas nas ruas da cidade para o combate ao crime, como mostra uma das manchetes de *O Globo*: **“Forças de segurança ocupam os bairros de Los Angeles”**⁵. Na mesma edição, o periódico mostra que a Polícia Militar não é suficiente para cuidar da segurança pública e da *baderna* causada pelos camelôs no Centro da cidade. Podemos verificar inclusive que nas páginas do periódico um dos candidatos à prefeitura prevê que o policiamento oferecido pelo estado é insuficiente⁶.

No mesmo dia, o *JB* publicou manchete semelhante ao d’ *O Globo*, enfatizando a importância da presença de tropas federais no combate ao crime: **“Exército devolve ordem às ruas de Los Angeles”**⁷. Já *O Dia*, traz como matéria principal no mesmo dia 03 “O carioca vive com medo”. Nela, o jornal destaca que diante do caos que a cidade do Rio de Janeiro vive as pessoas têm medo de tudo, inclusive das políticas públicas do estado⁸. Evidentemente, não podemos afirmar categoricamente que toda população apoiasse a ocupação militar. Mas, através das estratégias que dispõem, os veículos de informação constroem exatamente este cenário. Em uma carta enviada a *O Dia*, um leitor sugere que a única alternativa para o país seria a volta dos militares para o comando do país⁹.

A omissão e a ineficiência aludidas pela grande imprensa carioca aparece novamente na capa de *O Globo* a partir de uma declaração do ministro do Exército com relação às políticas de segurança adotadas pelo governo do Estado do Rio de Janeiro. O que o jornal não traz à tona é o rancor que os militares trazem do governador Leonel Brizola, que vem de longa data. Tampouco que o governo encontrava resistência por parte das próprias polícias, como fica evidente na forma como parte dos policiais se comportaram na ocasião do seqüestro da irmã do apresentador Silvio Santos, ocorrido à época da implementação de uma política de segurança centrada na orientação de respeito aos direitos humanos. Isso pode ser visto na manchete, **“Tinoco atribui saque à falta de ação das autoridades”**¹⁰; ou no corpo da matéria¹¹.

Durante o mês de maio, período que antecedeu a realização da RIO-92, a carga contra o governador do Rio de Janeiro e a sua orientação democrática na condução das políticas públicas foram alvos constantes por parte da grande imprensa. No *Jornal do Brasil*, as manchetes, inclusive nas primeiras páginas, se sucediam: **“Brizola não quer Exército”**¹²; **“EUA avisam turistas sobre os riscos do Rio”**¹³; **“Prefeito rejeita anarquia”** e **“Comerciantes culpam Brizola”**¹⁴, por conta da

⁴ *O Jornal do Brasil*, ao longo de sua história, se orientou no estabelecimento de um *contrato* com a classe média, falando para ela e sendo representante dela. A década de 1990 assistiu a uma disputa entre o *JB* e *O Globo* por esse lugar de interlocução com as elites. Face as constantes crises que o centenário jornal passou e o *impulso* financeiro que *O Globo* recebeu durante a ditadura militar, este se consolidou no final do século XX e nos primeiros anos do XXI, como o *formador de opinião* das classes A e B.

⁵ *O Globo*, 03/05/1992, primeira página (grifo nosso).

⁶ “Polícia e Camelôs: *conflito* no Centro”. *O Globo*, 03/05/1992, p.02.

⁷ *O Dia*, 03/05/1992, primeira página (grifos nossos).

⁸ Idem, *Ibidem*.

⁹ Idem, *Ibidem*, Carta enviada para a seção *Cartas na Mesa* por uma moradora da Penha, cujo título é “Saudades”.

¹⁰ *O Globo*, 08/05/1992, primeira página (grifo nosso).

¹¹ “Saques: Tinoco diz que falta empenho às autoridades do Estado do Rio”. *O Globo*, 08/05/1992, p.20.

¹² *JB*, 08/05/1992, primeira página do caderno *Cidade*.

¹³ Idem, *Ibidem*, caderno *Cidade*, p.06.

¹⁴ *JB*, 23/05/1992, caderno *Cidade*, p.03.

decisão de Brizola em permitir que os camelôs voltassem a ocupar alguns pontos do Rio; além de “PDT em crise cancela convenção no Rio”¹⁵. Como foi muito bem apontado por Cerqueira (1996), a ocupação militar durante a RIO-92 acabou por se constituir “num projeto exitoso de recuperação da imagem das Forças Armadas”. Na mesma perspectiva que trabalhou o ex-comandante da Polícia Militar, enquanto os militares recuperavam sua credibilidade, à do governador Leonel Brizola era colocada em discussão. Ao publicar um artigo assinado pelo *prefeitável* César Maia, o que *O Dia*¹⁶ acaba por produzir é a consolidação de um discurso que insiste em apontar para o tripé omissão-descaso-ineficiência.

O candidato se comportou como autêntico porta-voz das elites cariocas. Tratar com atenção e cuidado da segurança pública não é desmilitarizar a polícia, não é conter o autoritarismo e repressão empregados secularmente por essa instituição. É aumentar o gasto com compra de material bélico, aumento do efetivo, agregando números a uma política de extermínio que foi revigorada pelos anos de ditadura militar pelos quais o país passou. O artigo é assinado pelo deputado federal César Maia e não pelo candidato a prefeito da cidade do Rio de Janeiro – importante “detalhe” que o jornal esquece de mencionar, uma vez que PMDB e PDT se enfrentariam nas urnas naquele ano. Atacar a ordem pública democrática trabalhada pelo PDT durante os dois governos de Leonel Brizola, tornou-se muito eficiente do ponto de vista político-eleitoral. Foi assim com César Maia em 1992¹⁷. Foi assim com Marcello Alencar em 1994.

Evidentemente, passados os dias do Encontro, o que a imprensa passou a construir discursivamente foi a idéia de que só uma intervenção militar poderia “por fim” ao “descontrole”, “omissão” e “indiferença” por parte das autoridades públicas do estado do Rio de Janeiro. É muito interessante observar que toda a construção dos jornais cariocas não foi contra o PDT, pois não podemos perder de vista que, durante o quadriênio 1990-1994, o prefeito Marcello Alencar era dessa legenda. Só a partir de 1994 é que, como candidato ao Governo do Estado, o ex-prefeito se transfere para o PSDB. O que isso nos indica é certa aliança da grande imprensa com a elite contra a figura que causou tantas fantasias nas cabeças e nos corações da direita deste país – Leonel Brizola. Para os que se *atreveram* ficar ao lado de Brizola e de suas ideologias, só restou servir de alvo, como foi o caso de uma outra liderança fluminense: Nilo Batista, como mostrou *O Dia*¹⁸.

Enquanto isso, conforme apontou no mesmo *box* o jornal¹⁹, além de indicar uma indiferença do vice-governador e secretário de Estado do II Governo Brizola, o jornal já antecipa o debate que viria a acontecer no ano de 1994. Ou seja, a necessidade de intervenção militar no Rio de Janeiro – as denominadas operações Rio I e Rio II. Quanto à necessidade de uma ocupação das Forças Armadas nesse ano, a grande imprensa carioca trabalhou maciçamente a veiculação do “trabalho exitoso” realizado pelos militares em 1992, mostrando – já que a imprensa nada forja, mas simplesmente mostra – o “caos” que se instalou na cidade do Rio de Janeiro com o fim das atividades militares devido ao término da RIO-92. Nos dias que se sucederam ao encerramento do encontro, várias matérias foram publicadas com o objetivo de informar ao cidadão carioca – melhor dizendo, a classe média, uma vez que esta e os veículos de comunicação não consideram as classes populares

¹⁵ *JB*, 23/05/1992, p.04.

¹⁶ “Por que não há segurança”. *O Dia*, 13/06/1992, p.06.

¹⁷ César se elegeu prefeito em 1992. Em 1996, conseguiu eleger seu sucessor Luiz Paulo Conde. Voltou à prefeitura em 2000. Se reelegeu em 2004, mantendo o mesmo discurso que o orientou em 1992. Incoerência não pode ser apontada no prefeito. Nos últimos anos, o prefeito reativou a Guarda Municipal, com outros moldes, orientando-a e aparelhando-a para atuar na repressão, sobretudo dos camelôs. Quem se depara com um guarda municipal no centro do Rio, estando desatento, poderá confundi-lo com um policial do Batalhão de Operações Especial (BOPE), em função dos paramentos utilizados por ambos.

¹⁸ “‘Comando Vermelho’ invade Jacarezinho e mata nove”. *O Dia*, 13/07/1992, primeira página (negrito do jornal).

¹⁹ “Nilo prevê nova guerra na Rocinha”. *Idem*, *Ibidem*.

portadoras de direitos de cidadania – que o descontrole reinava no Rio, como apontam manchetes de *O Globo*²⁰, *Jornal do Brasil*²¹ e *O Dia*²².

Até aqui, tentamos demonstrar de que forma, “como um conta-gotas mental”, a imprensa contribuiu discursivamente para que fosse forjada a remilitarização da segurança pública. Longe de representar uma divergência ideológica, as informações veiculadas pela grande imprensa davam conta da impropriedade das propostas democráticas, com ênfase no respeito aos direitos humanos, que os governos Brizola tentavam introduzir no Estado do Rio. Nesse sentido, vimos que em 1992 iniciou-se um projeto reacionário das nossas elites, cujo ápice pôde ser observado em 1994, para combater os avanços da incorporação das classes populares na agenda política. A politização da “questão social” já havia sofrido um duro golpe em 1964. Em 1994, assistiríamos a um outro capítulo desta batalha. Com a vitória de Fernando Henrique Cardoso para a presidência da República e de Marcello Alencar para o governo do estado, concordamos exatamente com as propostas de Duarte, Zaluar ou Rezende de Carvalho. Ou seja, que na década de 1990 o Estado do Rio de Janeiro assistiu ao retorno das práticas repressivas/autoritárias da época da ditadura.

Evidentemente, nossos pressupostos se apóiam na perspectiva de que os jornais vêm construindo discursivamente um *Contrato de Leitura* com seus leitores. Assim sendo, percebemos nos três periódicos a presença da “Metáfora da Guerra” (DUARTE, 2004), além dos *fait-divers*, na naturalização dos enunciados, como tão bem tem apontado este autor. No entanto, percebemos que a transformação do enunciado em senso comum (naturalização, banalização) se dá de forma distinta entre *O Dia*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*. Mesmo apreendendo alguns dos sentidos veiculados pela imprensa, “esses modos de dizer dos jornalistas” se refletem no compromisso que cada veículo assume com seus interlocutores. Dos três, poderíamos apontar que *O Globo* e *Jornal do Brasil* são aqueles onde a presença do *fait-diver*, como entretenimento fica mais relativizada. Neles, diferentemente da forma como acontece em *O Dia*, os espaços para a contradição, para a contestação das idéias das elites, praticamente inexistem.

Para além do conflito entre duas ordens públicas, outra discussão, inerente a essas ordens, é sobre a questão da desmilitarização *versus* remilitarização das Polícias fluminenses. Onde poderoso aliado no discurso das elites foi a reconfiguração do conflito urbano em guerra. Ou ainda, guerrilha urbana. Nesse sentido, os veículos de informação reforçaram a idéia de que só um governo forte (Marcello Alencar) para “corrigir os rumos” de um governo fraco e permissivo (Leonel Brizola e, posteriormente Nilo Batista). Não são raras as reportagens veiculadas pela grande imprensa colocando de um lado, a força do tucano, de outro, a fragilidade do trabalhista. Nesse sentido, desejamos colocar uma lente de aumento sobre a vitória de Marcello Alencar para o governo do Estado do Rio de Janeiro, em 1994, sobre a plataforma política de que “mais repressão produziria menos crimes. Tal como aconteceu a partir de 1964, onde o dissidente capitalismo (o comunista) foi elevado a categoria de “inimigo público número um”, algumas orientações pertinentes à Doutrina de Segurança Nacional (DSN) voltaram à cena nos anos 1994/1995.

É nos limites dessa atualização histórica da política de repressão, exclusão, autoritarismo, imposta às classes populares, que podemos ver “o que ali está, mas que achamos que não”, como

²⁰ “As confissões dos PMs: Soldados dizem que comando é fraco, omissos e corruptos”. “A maioria admite que recebe propinas”. “Segurança particular é o segundo emprego de quase todos”. *O Globo*, 28/06/1992, primeira página.

²¹ “A ‘Síndrome de C’ ataca: Rio volta a conviver com crime, camelô, congestionamento e crianças de rua”. *JB*, 18/06/1992, caderno *Cidade*.

²² “Grande Rio tem 19 mortes no fim de semana”. “Dois cadáveres achados em Olaria”. “Mulher encontrada morta em Cordovil”. “Homem é achado com tiro na cabeça”. “Morto a tiros perto do colégio”. “Vigilante morre a tiros em casa”. “Motoqueiro morto na Mem de Sá”. “Corpo na pista da Avenida Brasil”. “Pai da vítima ouviu os tiros”. “Homem é achado morto na Penha”. “Dois corpos no porta-malas”. Todas são manchetes da *Seção Policial*. *O Dia*, 13/07/1992, p.08.

aponta Slavoj Zizek (1992). A luta de classes está presente. A ideologia está presente. Podemos inclusive pensar o grande antagonismo de classe através de dois personagens que poderiam representar duas grandes metáforas: de um lado, as classes populares, a esquerda, Leonel Brizola; de outro, as elites, a direita e a pseudo-esquerda, Marcello Alencar. Enquanto a primeira tentava impedir uma intervenção federal no Rio de Janeiro, nos moldes da DSN, a segunda se preparava para fazer a “limpeza” da cidade. Nesse percurso, vários enganos. Nilo Batista era contra a intervenção nos moldes em que ela aconteceu. Marcello discursava dizendo que a intervenção era a saída para a criminalidade no Rio de Janeiro – passados mais de uma década, vimos que suas propostas não resolveram os problemas da criminalidade fluminense.

No primeiro turno das eleições estaduais, os candidatos ao governo do estado apresentaram suas idéias para a segurança pública do Rio, problema mais candente àquela época. Após ser divulgado o resultado das eleições, percebendo que a intervenção militar representava uma importante plataforma política, o candidato tucano se apressou em apontar que a proposta de seu oponente era uma estratégia de marketing. Ao se posicionar dessa forma, depois de sua vitória, nós assim verificaríamos, Marcello Alencar antecipava ao lado de quais convicções ideológicas ele se perfilava²³.

Dentro desse novo projeto de ordem pública, a autoritária/repressiva, era preciso apontar as diferenças entre este e o de uma ordem pública democrática. Mas, se a cidade vivia num caos social, a remissão ao êxito da intervenção militar durante a RIO-92 tornava-se importante²⁴. Diante das críticas quanto à operação militar, quanto a uma possível truculência por parte das Forças Armadas, novamente vemos ressaltada nas páginas de *O Globo* o uso da inteligência dos militares no processo de combate ao crime no Rio de Janeiro, em oposição a uma polícia ineficiente, a fluminense²⁵. Alguns autores, e Duarte e Ribeiro são alguns deles, trabalham na perspectiva de um agendamento das notícias por parte dos meios de informação de massa – a *Agenda Setting*. Evidentemente, esse agendamento traz como horizonte uma limitação dos assuntos que são discutidos pela sociedade. No entanto, a produção desse agendamento, se na maioria das vezes acontece dos maiores conglomerados de comunicação, em alguns casos, ainda que poucos, assumem uma *mão invertida*. Tratar da tortura durante as *operações* militares é um desses exemplos. Ao abordar o tema, *O Globo* anuncia, ainda que implicitamente, que o aparelho montado a partir de 1964, durante a ditadura militar, longe do que o presidente eleito dava-nos a entender, permanecia em funcionamento²⁶.

Com a vitória, a direita mostrava que a ordem pública autoritária/repressiva vinha para ficar, mesmo após o general Câmara Senna admitir que, nos moldes em que a operação vinha sendo realizada – ocupação de morros e favelas – o que as Forças Armadas faziam era “enxugar gelo”²⁷. Mas, se o fim das operações das Forças Armadas estava próximo, a repressão estava longe de terminar. Essa inclusive foi uma das marcas mais indelévels do governo do Estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 1995 e 1998. Mas, pelo que os próprios jornais apontavam, a polícia do estado começava a ser *preparada* para atuar com *energia*, mas *inteligência*, no combate à criminalidade²⁸. Uma das ações mais impressionantes dos veículos de informação, sobretudo durante o período das duas *operações*, foi à relativização do desrespeito aos direitos humanos. Numa reportagem produzida por *O Dia*, o relato de um caso de tortura praticado pelo Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar do Rio de Janeiro fica diluído a partir da perspectiva de que o torturado é acusado de

²³ “Tucano diz que Garotinho ‘fez travessuras’”. *O Globo*, 20/10/1994, p.07 (*O País*).

²⁴ “O caminho para a ação”. *O Dia*, 30/10/1994, p.03, manifesto do Viva Rio.

²⁵ “Exército bloqueia o tráfico em 5 favelas”. *O Globo*, 19/11/1994, primeira página.

²⁶ “Padre manda carta denunciando tortura”. *O Globo*, 29/11/1994, p.19.

²⁷ “Marcello quer manter convênio contra o crime”. *O Globo*, 29/12/1994, primeira página.

²⁸ “Estado vai reaparelhar tropa de elite da PM”. *JB*, 08/01/1995, p.26.

um crime – “portar 18 trouxinhas de maconha”. A notícia do jornal acaba por produzir o efeito de que *se é um criminoso, a tortura é permitida*. No entanto, se não é um representante das classes populares, a tortura não pode ser tolerada²⁹.

Passados os resultados das *operações*, resultados esses por nós associados, inclusive, a disputa eleitoral que se deu no Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 1994, o governo do estado passou a se ver preso pela mesma armadilha criada por ele. A sociedade civil reclamaria, através de seu principal porta-voz – o Viva Rio –, um combate à criminalidade mais efetivo do que aquele que estava sendo realizado. Isso reclamaria pela Operação Rio II, que seria apresentada à população com a devida propaganda³⁰. No entanto, na linha em que vêm trabalhando Cerqueira Filho e Slavoj Zizek, tais excessos continuam em cena. E, contrariamente ao que afirma o coordenador do Viva Rio, a luta de classes não acabou. Ela está bem à mostra. Tão à mostra que, às vezes, não conseguimos vê-la. Ela está onde menos imaginamos, como, por exemplo, nas duas reportagens publicadas pelo *Jornal do Brasil*. Na primeira, a denúncia de tortura³¹. Na segunda, sua diluição numa simples vingança de uma presidiária³².

Referências

- ALMEIDA, S. “Violência urbana e constituição de sujeitos políticos”. IN: PEREIRA, Carlos Alberto M. e outros(org.). *Linguagens da Violência*. Rio e Janeiro: Rocco, 2000.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- BATISTA, V. *O Medo na Cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: tese de Doutorado em Saúde Coletiva/UERJ, 2003.
- BORGES, W. *Criminalidade no Rio de Janeiro: A imprensa e a (in)formação da realidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- CERQUEIRA Filho, G. A “*Questão Social*” no Brasil: crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982; (Coleção Retratos do Brasil; v.162).
- DUARTE, M. *Cidadania obstruída: jornais cariocas e a construção discursiva da violência pelos jornais do Rio*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Comunicação, ECO/UFRJ, 2004.
- DUARTE, M.. “A cultura da guerra nos jornais cariocas”. São Paulo: XIII Encontro da COMPÓS, 2004.
- MARTIN-BARBERO, J. *Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e Hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- BRANDÃO, H. *Introdução à análise do discurso*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998.
- RIBEIRO, A. *A História do seu Tempo. A imprensa e a produção do sentido histórico*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado defendida na ECO/UFRJ, 1996.
- RIBEIRO, A. “Mídia, memória e luta por sentidos”. IN: *Práticas Discursivas e Construção de Sentidos* Rio de Janeiro: I Seminário de linha de pesquisa Memória e Linguagem, 2004.
- SOARES, L. (org.). *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER/Relume-Dumará, 1996.

²⁹ “Exército apura tortura”. *O Dia*, 18/01/1995, p.08.

³⁰ *Idem*, *Ibidem*, p.11.

³¹ “Seqüestradora viu Careli ser espancado no DAS”. *JB*, 26/08/1995, primeira página.

³² “Vingança cumprida”. *JB*, 26/08/1995, p.20, 2ª ed.

ZIZEK, S. *Eles não sabem o que fazem – O Sublime Objeto da Ideologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

ZIZEK, S. “O espectro da ideologia”. IN: *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.